
A FEIRA AGROECOLÓGICA DE CAMPO GRANDE: viagens pela cidade e pelo sertão cariocas

CAMPO GRANDE'S AGROECOLOGICAL FAIR: travels through the city and the "sertão" of Rio de Janeiro

RODRIGO ROSSI MORELATO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo exercita a imaginação socioantropológica a partir de um sentimento de viagem experimentado em uma feira de rua que acontece semanalmente na Zona Oeste do Rio de Janeiro: a Feira Agroecológica de Campo Grande. Ao longo deste percurso, demonstro como o mito do sertão foi agenciado enquanto sinônimo de autenticidade brasileira e, no caso da mídia local dos anos 1930, também carioca. Analiso como movimentos sociais resgatam esse imaginário de pureza a partir da rituais de valorização das relações comunitárias e das práticas de consumo de bens de circulação local. Descrevo a tessitura de um espaço de sociabilidade onde esse imaginário de autenticidade perambula e como atores sociais iniciam a comunidade feirante em pautas de mudança social segundo os princípios da agroecologia.

Palavras-chave: comunicação; consumo; imaginário; agroecologia; Rede CAU.

Abstract: This article exercises the socio-anthropological imagination based on a feeling of travel experienced in a street fair that takes place weekly in the West Zone of Rio de Janeiro: the Campo Grande's Agroecological Fair. Along this path, I demonstrate how the myth of the sertão was managed as a synonym of Brazilian authenticity and, in the case of the local media of the 1930s, also carioca. I analyze how social movements rescue this imaginary of purity from the rituals of valuing community relations and the practices of consumption of goods of local circulation. I describe the constitution of a space of sociability where this imaginary of authenticity roams and how social actors initiate the market community in guidelines of social change according to the principles of agroecology.

Keywords: communication; consumption; imaginary; agroecology; Rede CAU.

1 INTRODUÇÃO

Desde 1999 acontece aos sábados, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, uma pequena feira de rua: a Feira Agroecológica de Campo Grande. Conhecida por ser a primeira realizada por agricultores que produzem e comercializam na própria cidade, ela transforma semanalmente um antigo e abandonado centro de extensão rural num polifônico espaço de consumo e comunicação da agroecologia na cidade.

No dia 23 de março de 2019, essa feira completou vinte anos de existência ininterrupta e grande festa foi celebrada por sua comunidade de produtores, beneficiadores, consumidores e apoiadores. Além da comercialização de produtos agroecológicos (processados ou *in natura*), também cantaram parabéns à feira, realizaram rodas de conversa sobre temas sensíveis à comunidade, foram oferecidas oficinas livres, música ao vivo preencheu o ambiente e uma roda de maracatu composta unicamente por mulheres encerrou as festividades.

Atualmente, essa feira compõe um dos pontos de comercialização apoiados pela Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), sendo um dos principais espaços de visibilidade do movimento de agricultura urbana na cidade e de difusão da agroecologia na Zona Oeste do Rio de Janeiro – pois, vale lembrar, 3,9% das terras urbanas cariocas ainda são ocupados por atividades agrícolas (em lavouras permanentes ou temporárias), segundo dados da própria prefeitura (IPP, 2018)¹.

Este trabalho exercita a imaginação sociológica a partir do sentimento de viagem que subsiste na etnografia urbana (CAIAFA, 2007), sendo fruto de uma prática etnográfica desenvolvida desde 2015, a qual tenta apreender a aventura das cidades segundo uma lógica sensível e presenteísta carregada de subjetividade e de uma tentativa de descoberta ou apresentação das culturas urbanas segundo os fundamentos da ecosofia (MAFFESOLI, 2010).

¹ Disponível na plataforma DATA.RIO <http://www.data.rio/datasets/uso-do-solo-2018/data?where=UsoAgregad%20%3D%20%27%C3%81reas%20agr%C3%ADcolas%27>. Acesso em: 29 jul. 2019.

Segundo Michel Maffesoli, a ecosofia é uma proposta alternativa ao racionalismo Moderno, que tanto insiste em separar sonho e realidade, natureza e cultura, razão e sensação; enfim, se trata de um elogio ao vitalismo social perante a dicotimização do mundo (MAFFESOLI, 2010).

Certo espírito do tempo, ela se exercita pela aceitação de que o conhecimento se produz de forma oficiosa e cotidiana pelas pessoas; pela crítica à racionalização do mundo operada pelas ciências desde o século XVIII; pela revalorização dos sonhos e dos mitos enquanto componentes da realidade social; na atenção à organicidade originária que se pode observar nas comunidades; e, finalmente, no retorno ao corpo – talvez, através do estudo dos hábitos alimentares – enquanto componentes fundamentais de estudo do social (MAFFESOLI, 2017).

Nesse sentido, seria a ecosofia capaz de apresentar, de forma sensível e vertida em texto, o vitalismo social que habita nossas cidades? Neste artigo, escolho realizar esse percurso através de uma “humildade descritiva” (MAFFESOLI, 2017) realizando movimentos que envolvem a urbanização da cidade, o agenciamento nas mídias, o imaginário apocalíptico, as tensões entre pureza e poluição que pude encontrar na cidade do Rio de Janeiro.

2 UMA BREVE TRAVESSIA: DO SERTÃO À CIDADE

A terra atrai o homem; chama-o para o seio fecundo; encanta-o pelo aspecto formosíssimo; arrebatá-o, afinal, irresistivelmente, na correnteza dos rios (CUNHA, 2002, p. 250).

Após uma enorme campanha cujas experiências foram moduladas não apenas na prensa dos jornais diários, mas também “nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante” (CUNHA, 2002, p. 195), foi finalmente publicado em livro, no ano de 1903, um extenso relato sobre a chacina empreendida com o nascimento da República brasileira, a Guerra de Canudos (1896~1897). Essa matriz discursiva de sertanidade canonizada por *Os Sertões* talvez tenha tentado “[...] pensar a identidade nacional a partir da ambiguidade entre uma cultura autêntica, rústica, em contraste com as iniciativas de modernização da sociedade brasileira” (FERNANDEZ, 2016, p.132).

Certamente o texto euclidiano veio à luz num momento oportuno: era preciso nova forma para a imensa comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) da nação brasileira após séculos de Colônia, continuada em Império. Essa nova imagem do nacional, tecida por um tipo bastante peculiar de funcionário-peregrino e por impressores locais, foi oferecida ao público tanto em crônicas de jornal como em livro no qual se pretendiam reproduzir, intactas,

[...] todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos (CUNHA, 2002, p. 270).

Segundo Benedict Anderson, os elementos que compõem as comunidades imaginadas passam por raízes culturais da antiga comunidade religiosa – à medida que povos diferentes, dispersos por longas distâncias e falantes de diversas línguas vulgares partilhavam de um mesmo texto sagrado, preferencialmente em língua morta como o Latim, por exemplo, se criavam os elementos de uma comunidade –, atravessam a modernidade com a manutenção de domínios dinásticos, se legitimam com mitos de origem antigos, se amparam num imenso corpo de textos e comunidade leitora geralmente de língua vernácula. Podem inclusive se reformular em prol de um nacionalismo oficial, onde se nota

Um autêntico entusiasmo nacionalista popular ao lado de uma instilação sistemática, e até maquiavélica, da ideologia nacionalista através dos meios de comunicação de massa, do sistema educacional, das regulamentações administrativas, e assim por diante (ANDERSON, 2008, p. 164).

Com o fim repentino do Império Brasileiro, questões como a estranha ligação com um passado lusitano de além-mar e a inconveniente chaga da escravidão foram deliberadamente deixadas no passado. Aqueles que desenhavam um nacionalismo oficial com objetivos talvez mais urgentes e ligados à manutenção da unidade territorial brasileira tinham outras ambições: havia a necessidade de se percorrer, cartografar e narrar nova alma nacional, talvez a partir de um interior ainda um tanto desconhecido. Segundo Euclides da Cunha, quanto a esse momento histórico:

Está-se no ponto de tangência de duas sociedades, de todo alheias uma à outra. [...] Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as maldas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pitoresca. Invadia-os [os militares] o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil... (CUNHA, 2002, p. 527).

Essa poderosa imagem do Sertão por muito tempo atravessou a imaginação brasileira. Quase a totalidade das cidades do país, à época, se encontrava como que circulando esse imenso espaço do nacional por descobrir, seja na costa atlântica ou nas cabeceiras dos rios platinos ou amazônicos. Fora as cidades mineiras edificadas à época do ciclo do ouro, talvez ficasse intacto o território brasileiro por viajar e narrar, cidades a construir e um país a modernizar. Vale o comentário etimológico do termo “sertão”, que de modo algum se reduz a uma região geográfica específica – como atualmente nossa imaginação nos leva a conceber em homonímia ao semiárido nordestino –, mas enquanto terra desconhecida, grande deserto de gente ou civilização, corruptela de um “desertão” (ANTÔNIO FILHO, 2011).

Embora haja muita tinta a correr quanto a essas questões, gostaria de fazer um breve desvio, ficando na intenção de permanecer num espaço de meio a meio, como que em uma terceira margem do rio; pois, na mesma Capital da República que enviou expedicionários a degolar por completo a população de Canudos, outro Sertão foi narrado, igualmente, nos jornais – mais precisamente nas crônicas dominicais do *Correio da Manhã*, nos anos 1930, posteriormente compiladas em livro onde se poderia ter notícia de “[...] uma população laboriosa, bem brasileira, cujos usos e costumes me levaram à denominação de Sertão Carioca” (MAGALHÃES-CORREA, 2017, p. 56).



Figura 01: a mancha da cidade e o “sertão carioca”. (Magalhães-Correa, 2017, p.52)

Percorrendo esse sertão amansado (VIDAL; SOUZA, 2010), Armando de Magalhães-Correa, antigo funcionário do Museu Nacional, acabou por descrever sua topografia e sua gente, partilhando conosco as histórias dos manobreiros das represas que abasteciam de água toda essa parte do então Distrito Federal, dos pescadores e tamanqueiros que ali viviam, dos bananeiros que atravessavam a cidade em tropas de burros para escoar sua produção nos mercados – como o de Madureira e o de Irajá (atualmente, a CEASA) – que até o surgimento das novas formas de consumo dos supermercados dos anos 1970 (SILVA; PEIXOTO, 2011) ainda se faziam presentes na cidade. De fato, nas encostas do maciço da Pedra Branca, componente desse antigo Sertão Carioca, a utilização de burros de carga para a banana ainda se faz presente.

Pouco antes da formulação desse sertão narrado nos jornais locais, nos anos 1920, devido a crise de abastecimento que a cidade do Rio de Janeiro sofreu dado o racionamento de combustíveis fósseis – majoritariamente carvão mineral importado –, empregados tanto nas locomotivas quanto na navegação por cabotagem que abastecia de alimentos a cidade (ABREU, 2013), começou-se a aventar um “cinturão verde” capaz de garantir a segurança alimentar da Capital da República, como “[...] o Decreto

1.185 de 05/11/1918 de zoneamento do Distrito Federal, pelo qual ficavam estabelecidas três zonas: urbana, suburbana e rural” (ABREU, 2013, p. 74).

Com o traslado da capital para o coração do Sertão Brasileiro, Brasília, o antigo Distrito Federal ganhou a institucionalidade de Estado da Guanabara (1960~1975) e esse enorme espaço passou a ser conhecido como Zona Rural da Guanabara, abastecendo com uma curiosa variedade de hortifrutigranjeiros toda a cidade até a atualidade².

No ano de 1968, o governo de Francisco Negrão de Lima se lançou um moderníssimo projeto de urbanização dessas terras rurais: doravante, a Zona Rural da Guanabara passou a ser conhecida enquanto Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo depois do Decreto nº 322/1974, que destituía completamente a Zona Rural do Município.

Como os modos de fazer constituintes da vida cotidiana não obedecem ao pensamento lógico institucionalizado pela burocracia estatal (CERTEAU, 1998), atividades ditas “rurais” continuaram a acontecer nesse espaço formalmente “urbano” desde então e até os dias de hoje, muitas vezes resgatando o imaginário do Sertão Carioca. Essas imaginações sobre a terra, a atravessarem o tempo, demonstram a pregnância da ecosofia através, por exemplo, dos alimentos produzidos nesse espaço, como os caquis que fazem aflorar o vitalismo social nas encostas do Maciço da Pedra Branca por ocasião de uma grande colheita urbana (MAIA; MORELATO, 2018) e podem ser encontrados na Feira Agroecológica de Campo Grande: possuem o sabor do Sertão Carioca.

3 REFORMULAÇÕES DO APOCALISPE

Em meados dos anos 1970, um novo espírito do tempo se manifestou numa série de movimentos sociais que buscavam a garantia de novos direitos a partir de

² A história da constituição, reformulação e dissolução formal/burocrática desses espaços rurais na cidade é atravessada por uma série de decretos presentes nos arquivos oficiais, como o Decreto nº 6.000/1937; Decreto nº 3.800/1970; Decreto nº 322/1976; Decreto nº 5648/1985; Decreto nº 7914/1988 e a Lei Orgânica do Município de 1990 em seus capítulos III e V (dados recolhidos junto ao movimento social e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação do Rio de Janeiro).

autênticas formas de organização e protesto, dentre eles, os movimentos de agricultura alternativa que, no Brasil, viriam a dar forma ao movimento agroecológico.

Embora essa nova sensibilidade tenha “ressoadado” (MAFFESOLI, 2010, p. 98) ao longo da história dos povos através de uma tensão entre o frugal e o fastuoso tão característico do pensamento ecosófico, foi talvez em meados do século passado que a destituição de um imaginário Moderno (GUATTARI, 1990, p. 11) se fez sentir nos povos e possibilitou a emergência de uma “[...] celebração pagã dos encantos da natureza” (MAFFESOLI, 2010, p. 91), retorno às coisas mesmas através do estar-junto societal. Isso ao menos enquanto a grande revelação, o apocalipse (MAFFESOLI, 2010), não se apresenta, vale dizer, não mais no distante futuro, mas sim talvez de modo tão breve e instantâneo como o ato de se premir o botão vermelho capaz de desencadear o cataclismo nuclear, reformulando os imaginários sobre o fim da existência.

Num vertiginoso estudo sobre os temas do fim do mundo, um antropólogo sugere uma reformulação do imaginário apocalíptico a partir do momento em que se fez a fissura do átomo: com a bomba atômica, o fim dos tempos teria sua origem não de um castigo divino, mas da imprudência e do ganancioso uso da técnica para a destruição. Com a dissolução da ameaça premente da guerra total com o fim da polaridade Leste-Oeste com o término da Guerra-Fria, “[...] algumas dessas imaginações ganharam nova vida a partir dos anos 90 do século passado, quando se formou o consenso científico a respeito das transformações em curso no regime termodinâmico do planeta” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 15).

A contemplação do mundo, a valorização das experiências partilhadas, a emergência do matriarcado, o culto ao corpo e, em suma, toda uma ética-estética talvez deva ser entendida enquanto um dos componentes da transfiguração do político que se opera na contemporaneidade e que “[...] completa-se quando a ambiência emocional toma o lugar da argumentação ou quando o sentimento substitui a convicção” (MAFFESOLI, 1997, p. 147).

É interessante notar como os discursos ambientalistas têm se movimentado no social ao longo do tempo, pois no começo do século XX a questão que orientava os debates sobre a sustentabilidade responsabilizava o então chamado Terceiro Mundo pela destruição do planeta. A predação da então “natureza intocada” (DIEGUES, 2008),

altas taxas de fertilidade e a industrialização do sul global eram encaradas como as principais causas da destruição do planeta. Após a Conferência de Estocolmo, no entanto,

[...] os países em desenvolvimento tornaram explícito o argumento de que a causa da crise ambiental estava localizada, principalmente, nas nações industrializadas, onde o estilo de produção, seja capitalista ou socialista, requer grande quantidade de recursos e energia do planeta e causa grande parte da poluição e do impacto ambiental (PORTILHO, 2010, p. 25).

Vale o comentário de que “[...] a preocupação com o consumo dentro do pensamento ambientalista já existe, pelo menos, desde o movimento contracultural da década de 1960” (PORTILHO, 2010, p. 16), sendo que a preeminência da produção em prol do consumo foi, durante muitos anos, de grande tradição no debate sociológico – se trata de um paradigma Moderno. Talvez se tenha chegado ao momento de entendermos que

O consumo tem de ser reconhecido como parte integrante do mesmo sistema social que explica a disposição para o trabalho, ele próprio parte integrante da necessidade social de relacionar-se com outras pessoas, e de ter materiais mediadores para essas relações. Esses materiais são: comida, bebida e hospitalidade da casa para oferecer, flores e roupas para sinalizar o júbilo compartilhado, ou vestes de luto para compartilhar a tristeza. Os bens, o trabalho e o consumo têm sido artificialmente abstraídos da totalidade do esquema social. O modo como essa abstração é feita prejudica a possibilidade de entender esses aspectos de nossa vida (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 26).

Essa virada no debate ambientalista, que passa a reconhecer a cultura do consumo em si mesma e não apenas enquanto um fenômeno “complementar” à produção, tem trazido uma série de novos debates quanto às possibilidades de organização do movimento ambientalista e de entendimento dos modos de exercício da cidadania cultural e de politização da vida cotidiana capazes de “[...] repensar a esfera do consumo como uma possibilidade de articulação de novas formas de ação política, buscando recuperar a dimensão coletiva dos problemas individuais” (PORTILHO, 2010, p. 37).

É nesse sentido que pensar a contemplação do mundo e o cuidado de si através da cultura de consumo pode ser chave para o entendimento dessa transfiguração do político, em que as miudezas da vida cotidiana se podem sentir e dar sentido ao

comentário sobre o social, afinal, “[...] os ritos, ao focalizarem-se no insignificante, favorecem a responsabilidade e tomam o lugar do político, que tinha justamente fundado toda a sua legitimidade no sentido de responsabilidade” (MAFFESOLI, 1997, p. 153).

Uma vez que “[...] não existe uma crise ambiental única, mas uma pluralidade de formas de definição e problematização da mesma e uma disputa por proposições e tentativas de solução em diferentes setores sociais e políticos” (PORTILHO, 2010, p. 24), gostaria de fazer um comentário como práticas de consumo e rituais cotidianos podem ser entendidos enquanto fazeres de sustentabilidade através da manutenção de uma impureza ritual (DOUGLAS, 2014) que marca uma comunidade emocional dispersa na Zona Oeste da cidade: os iniciados à agroecologia que comungam na Feira Agroecológica de Campo Grande.

4 EM BUSCA DA PUREZA

Através de um estudo sistemático e criterioso dos modos como as culturas fazem a manutenção da pureza – seja no caso de tabus de matrimônio, de alimentação ou demais relações as mais diversas que estruturam seu social –, se poderia compreender o funcionamento de nossas sociedades, pois “[...] o único modo no qual as ideias de poluição fazem sentido é em referência a uma estrutura total de pensamento cujo ponto chave, limites, linhas internas e marginais, se relacionam com rituais de separação” (DOUGLAS, 2014, p. 57).

Desse modo, para a antropóloga Mary Douglas, os valores de poluição variam de acordo com as sociedades e podem ser compreendidos através de rituais de separação que têm a higiene por objeto (DOUGLAS, 2014, p. 43). Tais rituais de higiene não devem ser confundidos com as concepções ocidentais do que se entende por poluição, ou seja, a de uma contraposição entre a presença ou não de organismos patogênicos (DOUGLAS, 2014, p. 50) que, como sabemos, são de tão modo presentes no pensamento Moderno que foram capazes de reformular completamente as cidades segundo um paradigma higienista que vê no urbanismo uma forma de manter os corpos (individuais e sociais) saudáveis (SENNETT, 2018).

Talvez a reformulação do imaginário apocalíptico tecido nos anos 1960 e reconfigurado nos anos 1990 tenha trazido novas concepções quanto a essas noções de pureza e poluição que atravessam as sociedades. Não observar essa transformação pode nos levar inadvertidamente ao perigo terrível de destruição total do único planeta que habitamos. Quem sabe, novas práticas de consumo sejam capazes de remediar essas relações destrutivas (de poluição) que tecemos uns com os outros e com o cosmos – é preciso lembrar que a impureza é simbólica e que “[...] nosso comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto ou ideia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais” (DOUGLAS, 2014, p. 51).

Vejamos como essa classificação ideal toma forma através de uma sistematização curiosa e relativamente dispersa entre os agricultores, beneficiadores, consumidores e demais partícipes da Feira Agroecológica de Campo Grande: facilitação gráfica que há numa pequena agenda distribuída gratuitamente por uma das organizações que compõem a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU)³, a ONG AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia⁴.

³ Criada em 2009, a REDE CAU é uma rede intersetoral que agrega pessoas e movimentos sociais em defesa da agroecologia na cidade. Disponível em: <https://www.facebook.com/Rede-Carioca-de-Agricultura-Urbana-638527312919589/>. Acesso em: 30 fev.. 2022).

⁴ AS-PTA: agricultura familiar e agroecologia é uma ONG que há mais de trinta anos atua no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Disponível em: <http://aspta.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 31 jul. 2019.



Figura 02: Facilitação gráfica presente na agenda “Produtos da Gente” distribuída em 2019 para os participantes da REDE CAU. Fonte: acervo pessoal.

Essa pequena agenda faz parte de uma “campanha de comunicação popular” desenvolvida por esse segmento constituinte da Rede CAU. Também conta com *ecobags*, cartilhas informativas e um sem-número de atividades em prol da divulgação dos chamados “produtos da gente”, um selo da procedência dos produtos comercializados nas feiras realizadas por esse movimento social que tenta operacionalizar a diferença (CAIAFA, 2007) ao afirmar que, sim, na segunda maior cidade do Brasil, há agricultura.

Ao consumir tais produtos de origem local, se valoriza a vida da própria cidade; se leva saúde para casa – pois os alimentos são cultivados sem o uso de pesticidas – e se gera renda para agricultores das pequenas propriedades rurais que subsistem na urbanizada Zona Oeste da cidade; se criam laços sociais comunitários; reafirma-se a economia solidária e ecológica, elemento de pureza que constitui uma vertente do ambientalismo bastante difundida no país – em particular no Rio de Janeiro: a agroecologia.

Segundo um de seus principais estudiosos na atualidade, “[...] a ideia central da Agroecologia é ir além das práticas agrícolas alternativas e desenvolver agroecossistemas com dependência mínima de agroquímicos e energia externa. A agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas.” (ALTIEIRI, 2012, p.

15). Uma das maneiras de se compreender esse extenso campo é o comentário ecosófico de Félix Guattari ao descrever três rubricas complementares que compõem esse tipo de ecologia profunda: a ecologia social, a ecologia ambiental e a ecologia mental (GUATTARI, 1990, p. 23).

Talvez aqui resida a principal diferença entre os pressupostos agroecológicos e outras formas de promoção de um consumo sustentável: a inclusão, ao máximo, das pessoas e das subjetividades que compõem as cadeias produtivas desses produtos. É através dessa valorização do elemento humano reconduzido à sua condição natural que se realiza um retorno dos valores, sonhos, comunidades e preferências que os corpos conhecem, também, pelos hábitos alimentares. Esse tipo de aceitação praticada pela agroecologia é encarada pela ecosofia como um contraponto à lógica de dominação que a Modernidade instaurou ao dicotomizar Natureza e Cultura e tentar racionalizar toda a existência numa domesticação do mundo vivido (MAFFESOLI, 2010).

5 VINTE ANOS DE FEIRA: DA CIDADE AO SERTÃO

No dia 23 de março de 2019, saí bem cedo de casa, no Centro do Rio de Janeiro: ia abastecer minha geladeira com produtos frescos de origem local e celebrar o aniversário de vinte anos da Feira de Campo Grande.

Ao embarcar na Central do Brasil, fiquei imaginando que tipo de viagem seria aquela que me levaria do Centro da cidade ao coração de um antigo Sertão Carioca. Mais de uma hora depois, quando o trem passou pelo bairro de Santíssimo, enorme planície se apresentou da janela da composição; mais à frente, o maciço da Pedra Branca se elevava e a paisagem da cidade realmente parecia se transformar em sertão.

Como não sabia exatamente onde ficava essa feira, olhei no celular o convite que recebi numa corrente de *WhatsApp* do grupo da Rede Carioca de Agricultura Urbana: ironia ao perceber que aquela feira, ponto de contato e troca da agricultura urbana, verdadeiro circuito alternativo de consumo, tinha como ponto de referência um grande *shopping* da região.



Figura 03: Convite partilhado em corrente de *WhatsApp* indicando que a feira ficava “atrás do West Shopping”. Fonte: Acervo pessoal.

Descendo da estação Campo Grande, emendei em ônibus até esse “atrás do West Shopping” e logo estava defronte a um antigo e decadente casarão pintado em cal. Em sua frente, cerca de quinze barracas formavam um semicírculo. Uma pequena roda de Tai Chi Chuan completava o quadro – pois cheguei um pouco atrasado e as atividades do dia já tinham começado.

Caminhando pela feira, encontrei uma curiosa agricultora da cidade, bastante famosa por seu conhecimento sobre o uso e as propriedades das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), caso da manguba e do oiti, por exemplo, com os quais ela faz, respectivamente, *cookies* e geleias a partir dos frutos desses vegetais, também são utilizadas à arborização urbana de todo o Rio de Janeiro. Ela tinha nas mãos alguns caquis, fruta que simboliza o sertão carioca atualmente (MAIA; MORELATO, 2018), os quais fatiava para decorar um bolo com o qual celebraríamos os vinte anos de existência ininterrupta dessa que é a mais antiga feira agroecológica da cidade.

Conversamos brevemente sobre minha chegada até ali, de como foi encontrar o espaço da feira. Ela me disse que

Quando as pessoas perguntam “onde é a feira?” eu falo que “é ali perto da Escola Santa Bárbara, é um casarão lindo caindo aos pedaços! Ele pertencia ao Ministério da Agricultura... Aqui os agricultores vinham pegar além de instrumentos para trabalhar, como enxadas, os venenos também... Os agrotóxicos ficavam todos acumulados aqui atrás. E aqui na frente funcionava a questão das zoonoses, onde você pegava as vacinas e também se tirava a licença para viajar com os animais. Aqui também funcionou uma cozinha, toda equipada, isso ligada à EMATER... Eu mesma fiz dezessete cursos aqui, todos gratuitos. Dei dois cursos aqui também... E foi uma pena essa história de terem roubado tudo... Um dia pararam uma Kombi aqui, abriram e levaram tudo! Até o fogão industrial, que era parafusado no chão eles levaram! Eles tiveram tempo suficiente pra levar...”⁵

O contraste entre o decadente casarão e o vitalismo da feira era muito curioso naquele dia: dezenas de pessoas chegavam a todo momento. Terminada a oficina de Tai chi chuan, um conjunto de caixas de som amplificou a música ao vivo de uma banda do bairro e comunicou sobre as outras atividades que aconteceriam naquele dia.

Andando um pouco mais pela feira, uma barraquinha me chamou a atenção: nela havia batata-doce, abacate, bananas e caquis sendo, dentre todas, a única composta unicamente de produtos *in natura*. Parei um pouco para conversar com outra figura conhecida por aquela comunidade feirante, que me disse:

Essa feira? Eu estou aqui há vinte anos... Eu sou filha de agricultor nascida e criada na roça dentro do Parque da Pedra Branca... Essa feira começou com dez pessoas, mas todo mundo desistiu e só ficou eu e minha filha... Se eu tivesse desistido, a feira, hoje, não existiria. Ai depois é que voltou... Veio o seu Arnaldo, veio o Claudino, veio a Irma... A Sônia, que era freguesa e comprava passou a participar da feira também, a ser vendedora... Eu, por exemplo, só tenho coisas da época... Banana, caqui... Porque são as coisas que a gente planta... E eu espero que o povo tome consciência, sabe? Do mal que o agrotóxico faz pra saúde...”⁶

A feira começou em 1999, quando movimentos sociais que viriam a compor a Rede CAU vieram ajudar os pequenos agricultores que vivem e produzem no interior e arredores do Parque Estadual da Pedra Branca. Uma vez que essas pequenas propriedades rurais não contavam espaços para a escoação de seus produtos, o faziam no CEASA de Irajá, vendendo seus produtos agroecológicos ao mesmo preço dos alimentos ditos “convencionais”, repletos de agrotóxicos e vindos de regiões distantes.

⁵ Em entrevista ao autor em março de 2019.

⁶ Em entrevista ao autor em março de 2019.

Por questões históricas quanto à formulação do ordenamento urbano da cidade do Rio de Janeiro, a delimitação do Parque da Pedra Branca foi instituído segundo um paradigma preservacionista antigo, que entendia pessoas e natureza enquanto elementos opostos; a constituição dessa feira, além de criar um espaço inovador de consumo e comunicação desses alimentos agroecológicos, produzidos em plena cidade, foi também uma tentativa de disputar políticas públicas e concepções sobre as possíveis relações harmônicas entre pessoas e Natureza (FERNANDEZ, 2016).

Na sequência, fui à barraca de uma terceira agricultora da cidade na qual se vendiam geleias e um delicioso suco verde que ela fazia a partir de plantas estranhas como a trapueraba e a chaya. Durante muitos anos essa feirante foi apenas uma cliente da feira, onde ia comprar alimentos para sua neta – que agora, quase vinte anos depois, a ajuda na manutenção da barraca de um modo particularmente caro à juventude: viabilizando as vendas proporcionadas pela tecnologia, uma vez que é a jovem quem opera a “maquininha de cartão” e com a qual sua avó garante complementa a renda de casa.

Enquanto conversávamos, o microfone anunciou: começaria uma roda de conversa sobre a importância dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs), espaços de amplitude municipal, estadual e, até pouco tempo, também nacional – até ter sido recentemente extinto por um Governo Federal de viés autoritário.

Nessa roda de conversa estariam os conselheiros municipais do CONSEA-Rio, que levaram a feirantes e fregueses a importância da constituição de espaços horizontais de diálogo, escuta institucional e formulação de políticas públicas para a agricultura familiar, como querem as melhores práticas de governança democrática (CHAMI; GURUMUTHY, 2020). Para a comunidade feirante, os conselheiros do CONSEA-Rio explicavam a composição de tal órgão, no qual havia paridade entre representantes do Estado e organizações da sociedade civil, e seu papel no subsídio em dados, propostas e experiências exitosas para a formulação de políticas públicas de combate à fome (RODRIGUES, 2019).

Na sequência, outra roda de conversa sobre os chamados “Produtos da Gente”, ou seja, sobre todos aqueles bens que circulavam naquela feira. Através de um tipo de

jogo, se pretendeu conhecer um pouco mais sobre a história dos produtos e das pessoas. Acompanhei parte da dinâmica, na qual uma técnica agrícola explicava a diferença

Entre o orgânico e o agroecológico é que o orgânico se preocupa simplesmente em não ter nenhum tipo de agrotóxico, nenhum tipo de veneno... O agroecológico vai além disso... Ele vai até as relações de trabalho... Ele quer saber como esse alimento é produzido... Se é monocultura ou não... Se isso tá respeitando os ciclos da Natureza e o Meio Ambiente... As PANCs, por exemplo, né? O que elas são? São os matos-de-comer! Na época da vovó as PANCs eram todas alimento... Era o que tava na mesa... E agora tem esse nome esquisito, né? São matos-de-comer, mato que a gente come... E que não é essa coisa diferente, né? Agora a PANC é exótica... Mas é o que dá no nosso quintal, o que dá no nosso sítio, o que dá pra plantar numa garrafa pet... Então às vezes a gente não sabe preparar uma chaya... Como é que faz? A gente tem que recorrer aos vários saberes, os conhecimentos populares... Porque aí a gente consegue fazer essa troca. Então a feira faz essa troca de saberes: você tem esse relacionamento mais próximo com as pessoas, com quem tá produzindo seus alimentos. E isso é muito importante para disseminar esse conhecimento, porque ele se perde... Aquelas receitas da vovó... Às vezes a gente esquece a receita da vovó... E aqui na feira a gente consegue resgatar essas receitas... Na época da vovó, das receitas da vovó, era tudo agroecológico, não tinha essa questão do veneno... E hoje não! Quem planta de forma agroecológica é a resistência...⁷



Figura 04: Roda de conversa sobre PANCs e produtos da gente.

Fonte: Acervo pessoal.

Nessa roda de conversa é possível encontrar outro elemento constituinte da ecosofia: a valorização da iniciação. Segundo Maffesoli, a iniciação difere de processos de educação disciplinares uma vez que “[...] acompanha, faz sobressair um tesouro que *já está lá*. Neste último caso [o da iniciação], basta fazer crescer uma potencialidade presente. (MAFFESOLI, 2010, p. 89). Reconhecer os conhecimentos

⁷ Em entrevista para o autor em março de 2019.

populares, perdidos no tempo das tradições, quanto a plantas alimentícias e medicinais que se podem encontrar nos mais singelos quintais da cidade é uma das maneiras de se perpetuar a ecosofia.

Houve ainda outra roda de conversa, essa sobre a importância da água para a vida e a cidade. Mais do que um mero recurso, deveríamos lembrar que a água invoca desejos e vontades em relação ao outro, ao encontro e ao desencontro. É um elemento purificador e gerador da vida, um bem comum. Nesse sentido, a água é um direito humano e jamais deveria ser tratada como simples mercadoria (COSTA, 2021). A roda de conversa fazia o convite para que todos se engajassem nas lutas contra a privatização da estatal promotora de serviços de saneamento do Estado do Rio de Janeiro. A participação popular, a auto-organização e a pressão pela garantia desses direitos deveriam ser conquistados através da comunicação de movimentos populares (PERUZZO, 1998), como aquele.

Foi quando o microfone anunciou mais uma vez importante acontecimento: que todos se juntassem ao redor de uma mesa posta no centro da feira para cantar parabéns à feira. Uma grande mesa havia sido montada no centro da feira agroecológica e contava com alimentos doados pela comunidade feirante: um enorme bolo decorado com caquis, alguns pães e geleias, sucos os mais diversos, biscoitos e frutas compunham um enorme “café da roça” em que todos poderiam experimentar os sabores do Sertão Carioca dos dias de hoje.



Figura 05: Parabéns à feira. Dona Irma, de avental verde (à esquerda).
Fonte: Acervo pessoal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve relato, acionei a prática da viagem como um agenciamento (CAIAFA, 2007) que compõe uma etnografia urbana na cidade do Rio de Janeiro. Vale o comentário de que mais do que um mero deslocamento no espaço, o sentimento de viagem, que subsiste em métodos antropológicos, leva também a outra relação com o tempo, permitindo a experimentação de outros lugares e experiências conexas as mais diversas, dando forma ao campo da comunicação urbana (CAIAFA, 2013).

Nesse exercício de imaginação socioantropológica, narrei a cidade do Rio de Janeiro através de uma polifonia do espaço (CANEVACCI, 2011) atenta ao imaginário sertanejo, matriz da concepção da comunidade imaginada de teor nacional, e suas reverberações locais. Teci comentários sobre como o espaço de sociabilidade e consumo de uma feira de rua pode fornecer a solução às angústias de um imaginário apocalíptico que se manifesta e se avizinha.

Descrevi como práticas de consumo, sobretudo aquelas que flertam com tais imaginários, podem ser entendidas enquanto manifestações de uma pureza ritual desde que experimentadas em circuitos alternativos pelos quais circulam bens de origem local. Por fim, descrevi parte do vivido partilhado por ocasião de importante celebração: os vinte anos da Feira Agroecológica de Campo Grande.

Todas essas questões compõem uma tentativa de comunicar a diferença que existe na cidade segundo os fundamentos do movimento agroecológico carioca. Ao participar de uma banal feira de rua, se pode atravessar as fronteiras para um outro mundo possível no qual talvez seja possível reencontrar um “Sertão Carioca” através de uma ambiência que compõe uma ecosofia (MAFFESOLI, 2010), que pude percorrer pela cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a partilha do vivido, a celebração do localismo e a contemplação da existência talvez sejam as melhores formas de remediar o apocalipse climático que se avizinha através, essencialmente, de uma viagem por espaços de comunicação e consumo que podemos encontrar na cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTÔNIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Revista de Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, jan./dez. 2011.

CAIAFA, Janice. **A aventura das cidades**: ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

CAIAFA, Janice. **Nos trilhos da cidade**: viajar no metrô do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2013.

CANEVACCI, Maximo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, André Monteiro. Água. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

CHAMI, Nandini; GURUMUTHY, Anita. Institutional Listening: an essential principle for democratic times. *In*: TACCHI, Jo; TUFTE, Thomas. **Communicating for change**: concepts to think with. London: Palgrave Macmillan, 2020.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. *In*: SANTIAGO, Silvano (org.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Huicitec, 2008.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

FERNANDEZ, Annelise. O sertão que virou parque: natureza, cultura e processos de patrimonialização. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, 2016.

- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.
- MAGALHÃES-CORREA, Armando. **O sertão carioca**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017.
- MAIA, João. MORELATO, Rodrigo Rossi. Tira-Caqui: celebração da agricultura urbana. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., Joinville, 2018. **Anais [...]**. Joinville: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2018.
- MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- MAFFESOLI, Michel. **Saturação**. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2010.
- MAFFESOLI, Michel. **Ecosofie: une écologie pour notre temps**. Paris : Les Éditions du Cerf, 2017.
- PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2010.
- RODRIGUES, Renan de Oliveira. **Cidade, participação social e segurança alimentar e nutricional: o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro (CONSEA-RIO) na formação da agenda pública**. Rio de Janeiro: Dissertação em Ciências Sociais (CPDA-UFRRJ), 2019
- ROSA, João Guimarães. **Primeiras histórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- SILVA, Inês Machilene; PEIXOTO, Ariane Luna. O mercado de Madureira e a Ceasa na construção do saber popular sobre plantas na cidade do Rio de Janeiro/RJ, Brasil. *In*: PEIXOTO, Ariane Luna; SILVA, Inês Machilene (org.). **Saberes e usos de plantas: legados de atividades humanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2011.
- VIDAL E SOUZA, Candice. O sertão amansado. **Goiânia: Revista Sociedade e Cultura**, v. 13, n. 1, 2010.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2017.

SOBRE O AUTOR

Rodrigo Rossi Morelato

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Comunicação pela UERJ.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9250094829740397>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3932-4531>

E-mail: rodrigomorelato@gmail.com

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (2019-2020) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) (2021-2022).

COMO CITAR ESTE ARTIGO

MORELATO, Rodrigo Rossi. A feira agroecológica de Campo Grande: viagens pela cidade e pelo sertão cariocas. **Passagens:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 13, n. especial, p. 37-58, dez. 2022. DOI: 10.36517/psg.v13iesp.80633.

RECEBIDO EM: 11/05/2022

ACEITO EM: 07/11/2022

PUBLICADO EM: 31/12/2022

58



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional